

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.396.433 - SP (2018/0295088-0)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : A DA S J
ADVOGADOS : MARCEL GOMES BRAGANÇA RETTO E OUTRO(S) -
SP157553
MAUREN GOMES BRAGANÇA RETTO E OUTRO(S) -
SP234810
AGRAVADO : M A B
ADVOGADOS : CARLA BAPTISTA SOLDAINI E OUTRO(S) - SP159021
CHRISTIANO MARQUES DE GODOY E OUTRO(S) -
SP154078

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. AÇÃO DE DIVÓRCIO. PARTILHA DE BENS. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA N. 284/STF. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA N. 283/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA, DESDE LOGO, CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESTA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por A DA S J contra inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ fl. 480):

Apelação Cível. Partilha de bens. Divórcio decretado. Cerceamento de defesa e agravo retido - Questão de direito ou que exigia prova documental. Inutilidade da oitiva da testemunha dispensada ou do acolhimento da pergunta apresentada. Agravo retido improvido. Preliminar afastada. Mérito - Impossibilidade de exclusão da meação dos imóveis reconhecidos em contestação como partilháveis. Questão incontroversa. Exclusão apenas do imóvel indicado

Superior Tribunal de Justiça

em defesa como não pertencente ao réu, visto que não comprovado o contrário pela autora. Acordo anterior que não significou o desinteresse pela partilha das quotas societárias. Imperiosa a partilha do direito de crédito da participação societária dos litigantes quando da separação de fato, pois incontroversa a aquisição no decorrer da união. Atribuição da qualidade de sócio que depende da constatação da "affectio societatis", neste caso, não demonstrada. Sentença parcialmente reformada. Recurso parcialmente provido.

Os embargos de declaração opostos foram acolhidos em parte (e-STJ fl. 504-508), em acórdão assim ementado:

Embargos de declaração. Omissão apenas quanto à incidência de correção monetária sobre a quantia a ser abatida, desde que seja igual ou inferior ao valor decorrente do direito patrimonial da ex-esposa sobre as quotas sociais. Embargos parcialmente acolhidos.

Nas razões de seu recurso especial, a parte recorrente sustenta violação aos arts. 1.022, II, parágrafo único, II, e 489, § 1º, IV, do CPC; 320 e 422, 1.659, V, VI, do CC; 442, 447 do CPC; 405, do CPC/73; 884 e 1.659, I, do CC. Assevera que o acórdão não enfrentou argumentos capazes de, em tese, infirmar a conclusão do acórdão e que houve cerceamento de defesa, porquanto não poderia ser acolhida a contradita da testemunha apenas pelo fato de ser funcionária da empresa do recorrente. Afirma que as cotas sociais da empresa e o lucro não podem ser objeto de partilha por se tratarem de instrumento de profissão do recorrente e que a outorga da quitação de 1% da participação societária nas empresas GTI (em que é sócio o Recorrente) pela Recorrida põe fim à obrigação. Aduz que parte do imóvel, fruto de herança, não pode ser partilhado, tendo o acórdão violado, no ponto, os arts. 884 e 1.659, I, do CC e negado vigência ao art. 1.022, I, do CPC.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 540-543).

É o relatório. Passo a decidir.

A irresignação não merece prosperar.

Primeiramente, cumpre esclarecer que o juízo de admissibilidade do

Superior Tribunal de Justiça

presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/15 e com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme disposto no Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

Inicialmente, verifico que não há nulidade por omissão, tampouco negativa de prestação jurisdicional, no acórdão que decide de modo integral e com fundamentação suficiente a controvérsia. O Tribunal de origem, no caso, julgou com fundamentação suficiente a matéria devolvida à sua apreciação.

Com efeito, não obstante a recorrente alegue omissão com relação às provas e existência de cerceamento de defesa no que tange a contradita da testemunha que provaria a impossibilidade de partilha das quotas sociais, verifico que o Tribunal de origem assim se manifestou a respeito (e-STJ fls. 481-483):

Não há que se falar em cerceamento de defesa ou de nulidade da r. sentença pela não oitiva de testemunha ou pelo não acolhimento de pergunta dirigida à informante.

A possibilidade de partilha das quotas sociais é uma questão legal e, portanto, de direito, ou documental, a ser comprovada por documentos sociais da empresa ou da empresa franqueadora.

Afastam-se, portanto, as preliminares, com o improvimento do agravo retido.

Passa-se ao mérito.

(...)

Respeitada a alegação de que as quotas seriam instrumento de profissão, há relevante jurisprudência no sentido de ser permitida a partilha do direito de crédito da participação societária do réu, visto que a aquisição ocorreu na constância do casamento:

Também não houve omissão quanto à outorga da quitação na participação societária por parte da recorrida. Eis o voto (e-STJ fls. 507-508):

Não ocorreu desrespeito aos arts. 320 e 422, do CC, porquanto a composição de fls. 76/77 apresentou quitação quanto à participação societária de 1% que estava em nome da embargada, não quanto a um direito de partilha.

Consigne-se que a renúncia a direitos deve ser expressa e clara, situação ausente nestes autos.

Ademais, a menção de que não foram atribuídas todas as quotas devidas ao filho, obrigação decorrente do não

Superior Tribunal de Justiça

pagamento de pensão alimentícia, não do atual pedido de partilha, é algo que reflete sobre o percentual que caberá a cada parte quando da realização da partilha, não significando prejuízo ao embargante.

Não há contradição ou omissão por ter sido atribuído à embargada direito sobre o conteúdo econômico da participação societária até a dissolução da sociedade em relação ao direito de crédito partilhado, quando ela não mais terá qualquer direito econômico sobre as quotas (art. 1.027, do CC).

Por sua vez, a partilha dos lucros a que faz jus a ex-esposa não significa desrespeito ao arrolado no art. 1.659, V e VI, do CC, pois respeitado o caráter personalíssimo das sociedades.

Como se vê, a negativa de prestação jurisdicional não restou configurada.

O mero inconformismo da parte com o julgamento contrário à pretensão da parte não caracteriza falta de prestação jurisdicional.

Por outro lado, a fundamentação adotada no acórdão é suficiente para respaldar a conclusão alcançada.

Vale lembrar que, mesmo à luz do art. 489 do CPC, o órgão julgador não está obrigado a se pronunciar acerca de todo e qualquer ponto suscitado pela parte, mas apenas sobre aqueles capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo órgão julgador.

Assim, inexistente violação aos arts. 489, II, § 1º, IV, e 1.022, II, do CPC.

No mais, a parte defende violados os arts. 884 e 1.659, I, do CC e negado vigência ao art. 1.022, I, do CPC, não poderia ser objeto de partilha parte do imóvel da rua Prof. Roberto Mange, 319 recebida de herança. No ponto, o acórdão deixou expresso que o próprio autor/recorrente mencionou em sua contestação que tal bem faria parte da partilha. Vejamos (e-STJ fl. 482):

O imóvel da Rua prof. Roberto Mangue, no 319, foi partilhado aos herdeiros depois do falecimento do pai do apelante, em 1992, com formal de partilha publicado em 16/06/1993 (fis. 84/88).

Ora, apesar de constar na matrícula do bem no cartório de registro de imóveis a escritura de compra e venda do imóvel apenas datada de 20/03/2002 (fis. 80 e 81), o próprio autor mencionou em sua contestação (fl. 58) que tal bem faz parte da

Superior Tribunal de Justiça

partilha. Assim, o aceite de inclusão objeto na partilha não pode ser retirado em momento posterior ao processo, porquanto a questão se tornou incontroversa depois de realizada a contestação.

Com efeito, não se verifica presente o prequestionamento da matéria relativa aos arts. 884 e 1.659, I, do CC, porquanto não apreciada pelo julgado recorrido sob o enfoque da parte no sentido de que na contestação teria ressalvado que apenas parte do imóvel não poderia ser partilhado, porquanto, pelo acórdão, depreende-se que não houve qualquer ressalva nesse sentido, valendo observar que não há menção nos embargos de declaração opostos com relação ao ponto, sendo inviável o seu conhecimento nesta sede, nos termos das Súmulas 282 e 356/STF.

Com relação aos arts. 442, 447 do CPC; 405 do CPC/73, veja-se que o Tribunal *a quo* manifestou-se expressamente no sentido de que a partilha das cotas sociais é uma questão de direito, que deve ser comprovada por prova documental, não havendo se falar em omissão quanto ao tema.

De outra parte, é de se consignar que a insurgência recursal não refuta, no ponto, o fundamento do acórdão, limitando-se a questionar a possibilidade ou não de contradita da testemunha. Logo, a teor da Súmula 283/STF, aplicável por analogia, “é inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles”.

Destarte, inviável a pretensão da recorrente.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n. 3/STJ).

Ante o exposto, conheço do agravo para, desde logo, conhecer parcialmente do recurso especial e, nesta extensão, negar-lhe provimento.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator